

Curso de Execuções contra a Fazenda Pública

**Dra. Marlúcia Moulin
Thiago Emerick A. Vescovi**

**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ASSESSORIA DE PRECATÓRIOS**













Abordagem do Curso

Considerações a respeito de:

- Impugnações aos cálculos;
- Análise de índices da Lei 11.960/09 e EC 62/09 e modulação da ADIN;
- Anatocismo;
- Obrigação patronal.

Impugnações

EMBARGOS

a todos os termos da Ação de Execução de Título Judicial, que lhe move o Ecad., já qualificado e representado nos autos, para tanto **impugnando** os cálculos apresentados às fls. 275, por não espelhar a realidade das correções, pelo índice aplicado, tão pouco a inserção de valores não correspondidos no V.Acórdão de fls. 262/263.

Os valores portanto da condenação, importa tão somente o acréscimo do valor principal.

Impugnações

O que se verifica é que além dos acréscimos, temos também a execução e atualização das custas processuais (fls. 275 – item III somando a quantia de R\$ 887,09), além da multa de 20 vezes (fls. 275 – item II), que não encontra respaldo na decisão.

Mister dizer que somente se considerar valido a multa elencada na peça executória, sem sombra de dúvidas levará o Municipio ao completo caos, importando danos irreparáveis às finanças públicas.

Dá-se a causa para os efeitos legais o valor de R\$ 57.569,18 (cinquenta e sete mil, quinhentos e sessenta e nove reais, dezoito centavos).

Impugnações

EMBARGOS A EXECUÇÃO

S E N T E N Ç A

Os fatos são incontroversos nos autos, posto que, a matéria que alega para discussão nos embargos, deveria ter sido discutida em sede de recurso ao Acórdão transitado em julgado, que foi claro em afirmar a inclusão da multa legal conforme cálculo apresentado pelo exeqüente/embargado

As justificativas apresentadas pelo embargante para a inexistência da fixação da multa são por demais ingênuas e não podem prosperar, como já arrazoado acima.

Quanto aos cálculos apresentados pelo embargado não vejo o que modificar, até porque, a embargante, sequer apresentou planilha para comparação de possível erro.

Análise de índices

Atualização Monetária de Débitos Judiciais

Valores Atualizados Até 02/12/2013

Data da Elaboração do Cálculo: 29/11/2013 às 14:53:06

Dados:

Valor do Principal em 18/03/2002:	170.081,13
Fator de correção monetária do TJ/ES de 18/03/2002 a 02/12/2013:	2,0672158032
Juros do Código Civil a partir de:	19/10/2007
Valor das custas pagas:	-
Honorários Advocatícios sobre o Débito:	-
Multa sobre o Débito:	-

Operações Aritméticas:

Principal corrigido:	R\$ 354.996,02
Juros do Código Civil do Período (73,43%):	R\$ 260.685,26
Valor atualizado até 02/12/2013:	R\$ 615.681,28
Custas pagas corrigidas a ser ressarcidas :	-
Multa sobre o Principal Corrigido:	-
Subtotal 1:	R\$ 615.681,28

Análise de índices

CÁLCULO DO DÉBITO ATUALIZADO

Data Atualização: 30/11/2013

DADOS	DATA INICIAL	DATA FINAL	VALORES
VALOR ORIGINÁRIO (fl.) =			170.387,19
CORREÇÃO MONETÁRIA¹ =	01/07/06	30/11/13	1,2000016218
JUROS MORATÓRIOS² =	19/10/07	30/11/13	36,72%
OPERAÇÕES ARITMÉTICAS:			
VALOR ORIGINÁRIO CORRIGIDO =			204.464,90
JUROS DO PERÍODO =			75.072,70
TOTAL CONDENAÇÃO =			279.537,60
VALOR REQUISITADO =			615.681,28
DIFERENÇA EXECUTADA =			- 336.143,68

Análise de índices (conclusão)

Resultado da Correção pelo INPC (IBGE)

Dados básicos da correção pelo INPC (IBGE)

Dados informados

Data inicial	07/2009
Data final	03/2015
Valor nominal	R\$ 100.000,00 (REAL)

Dados calculados

Índice de correção no período	1,4201367
Valor percentual correspondente	42,0136700 %
Valor corrigido na data final	R\$ 142.013,67 (REAL)

Fazer nova pesquisa

Resultado da Correção pela TR

Dados básicos da correção pela TR

Dados informados

Data do início da série	01/07/2009
Data do vencimento da série	31/03/2015
Data do efetivo pagamento (atraso)	
Valor nominal	R\$ 100.000,00 (REAL)

Dados calculados

Índice de correção no período	1,0370905
Valor percentual correspondente	3,70905 %
Valor corrigido na data final	R\$ 103.709,05 (REAL)

Fazer nova pesquisa

Anatocismo

- **SÚMULA STF 121**

É vedada a capitalização de juros, ainda que expressamente convencionada.

Obrigação Patronal

- Cota parte que o empregador deve repassar ao Instituto de Previdência, incidente sobre os salários dos servidores.
- A falta desse repasse provoca desequilíbrio atuarial.
- Esse repasse aumenta o valor da condena o.
- Os entes vinculados ao RGPS poderão sofrer cobranças futuras pelo INSS.

Obrigação Patronal

- Cota parte que o empregador deve repassar ao Instituto de Previdência, incidente sobre os salários dos servidores.
- A falta desse repasse provoca desequilíbrio atuarial.
- Esse repasse aumenta o valor da condena o.
- Os entes vinculados ao RGPS poderão sofrer cobranças futuras pelo INSS.

Obrigação Patronal

ACORDA O

EMENTA:mandado de segurança. 1) Recurso administrativo para o conselho superior da magistratura. Indeferimento. Cabimento do writ. Irrecorribilidade e definitividade das decisões do conselho superior da magistratura. Precedentes do stj. 2) autoridade impetrada.  rg o plenário representado pelo seu presidente. Competência do tribunal pleno. 3) pagamento de precatórios. Contribuição previdenciária. Recolhimento da cota patronal. Resolução cnj 115/2010. 4) cumprimento do disposto no art. 32, ii, da res. Cnj 115/2010. Controvérsia. Aplicação suspensa por liminar concedida pelo stf. 5) IMPOSSIBILIDADE DE INCLUSA O NOS CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO DE QUANTIAS ALUSIVAS A TERCEIRO. Exegese DO ARTIGO 6  DO CPC. 6) DINÂMICA DO PAGAMENTO DOS PRECATÓRIOS. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA. Previsão apenas do valor PRINCIPAL E NÃO de EVENTUAIS RETENÇÕES. 7) inclusão nas portarias do valor necessário   quitação das obrigações acessórias. Sistemática não adotada. Sugestão para resolução da problemática. 8) verba destinada ao pagamento dos precatórios. Impossibilidade de ser empregada no recolhimento da cota patronal da contribuição previdenciária. Ausência de ofensa a direito líquido e certo do impetrante. 8) segurança denegada. Sem custas. Sem honorários de advogado.



Obrigado!

**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ASSESSORIA DE PRECATÓRIOS**